

# O Congresso revisitado

JORNAL DE BRASÍLIA

**José Campello Neto**

Nunca tantas pessoas circularam pelos corredores do Congresso Nacional em tão pouco tempo. Jamais tantos interesses estiveram em evidência (em perigo?), nem se viu tantas personagens surgirem e eclipsarem da noite para o dia quanto vem acontecendo desde a instalação da Assembléia Nacional Constituinte e, mais propriamente, desde a eleição do doutor Tancredo Neves.

A caixa de ressonância ribombava. A transferência do eixo gravitacional do poder começou a evidenciar-se na frustrante votação da emenda Dante de Oliveira. As atenções começaram a se voltar para aquele monumento esdrúxulo plantado no meio da Esplanada dos Ministérios, e dele somente, até então, emanava todo o poder e, em seus respectivos nomes era exercido.

A Nação viu atônita que seu voto, despreocupado, crítico, muitas vezes cínico, começava a ter algum valor. Aquele deputado ia decidir se a população elegeria o presidente da República. O senador podia dar à população e à intelectualidade, o fim de 20 anos de ditadura. Bastava votar em Tancredo Neves. Era o consenso da época.

Passados os primeiros instantes, a própria classe política (o Brasil é um País interessante, tem uma classe política), sentiu-se atordoada. Uma revoada de pessoas e "instituições" começaram a cir-

cular por gabinetes, corredores, a invadir as galerias até o plenário, santuário das decisões.

Os segmentos organizados da população juntaram-se ao povo nos seus reclamos em frente e dentro do Congresso Nacional. Os lobbies institucionalizaram-se. Se antes via-se apenas ostensivamente o Diap — Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar —, em sua incansável atuação, hoje, diversos grupos de pressão negociam emendas, projetos de lei e pareceres técnicos. Os parlamentares estão a cavaleiro. E comum ouvi-los perguntarem aos grupos se houve ou não acordos entre eles, a fim de pronunciarem seu voto, ou simplesmente, "botar para andar", este ou aquele projeto.

Há pouco mais de um ano, o então senador Aluísio Chaves reuniu em seu gabinete líderes trabalhistas e patronais para que chegassem a um acordo com relação à proposta legislativa de seus interesses.

O mesmo exemplo foi seguido em junho de 1987 pelos senadores José Richa, Carlos Chiarelli e Fernando Henrique Cardoso com relação à ratificação da convenção de 87 da OIT — Organização Internacional do Trabalho. O líder do PMDB no Senado recebeu em seu gabinete líderes sindicais, parlamentares e assessores, e propôs um adiamento da questão, matéria de competência exclusiva do Congresso, para após os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, ou em havendo acordo entre as partes interessadas,

colocar a matéria na Ordem do Dia para votação.

Não pensem que as pressões se esgotam no âmbito das relações de trabalho, cada ministro tem o seu assessor parlamentar. Projeto de interesse de cada uma das Forças Armadas é analisado e discutido pelos homens na linha de frente no Legislativo com qualquer parlamentar e, surpreendentemente, de qualquer cor ou matiz.

A virada para o Congresso se mostra, ainda, no comunicado do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, em vários jornais do País apelando ao Congresso para não aprovar matéria, no seu entender, prejudicial para a área do seu ministério. Prefeitos vêm pedir aprovação de empréstimos; empresários que antes só freqüentavam gabinetes ministeriais agora circulam com desenvoltura pelos corredores do Congresso defendendo seus pontos de vista; assessores discutem entre si, na frente de parlamentares, advogam suas causas e até índios que antes freqüentavam o Palácio do Planalto munidos de gravadores hoje vão ao Congresso em busca de panacéia legislativa que abrande os males de uma relação social injusta.

A frente parlamentar de defesa do contribuinte patrocinou, há dias, seminário de alto nível com a finalidade de preparar deputados e senadores para a discussão e votação, do pacote fiscal de dezembro de 87. Sentados, à escuta, de Antonio Trevisan e de outros técnicos, nada menos que o senador Albano Franco, presidente da Con-

federação Nacional da Indústria — CNI; o ex-ministro Delfim Netto; o prefeitável Guilherme Afif Domingos; o senador Carlos Chiarelli, autor da proposta de suspensão do recesso parlamentar justamente para a votação do pacote e muitos outros parlamentares e assessores.

O Congresso se renova e assume seu papel de poder independente. Capacita seus elementos e decide.

Todos percebem isso, com a evidência que lhe empresta a Assembléia Nacional Constituinte e apesar do fogo cruzado da imprensa sobre o mais desarmado dos poderes, em grande parte vulnerável às críticas também pela inexperiência com as decisões colegiadas, talvez lentas, porém, legítimas e eficazes, é flagrante que só um homem de origem parlamentar, não tenha percebido que as relações entre os poderes da República não se dão na verticalidade das estruturas hierarquizadas e insista em tratar o Congresso Nacional como seu departamento de marketing, promovendo ou perseguindo "funcionários" que não rezam pela sua cartilha e não divulguem suas obras.

---

**José Campello Neto** é jornalista, advogado e coordenador da Coordenadoria de Assessoria Legislativa da CNI — Confederação Nacional da Indústria.